

ATERRANDO O MAL PELA RAIZ: NOTAS SOBRE A PROPOSTA DA INSPETORIA-GERAL DE HIGIENE PÚBLICA PARA A EXTINÇÃO DA LAGOA

RODRIGO DE FREITAS (1886)

BURYING THE EVIL AT THE ROOT: NOTES ON THE PROPOSAL OF THE
INSPETORIA-GERAL DE HIGIENE FOR THE EXTINCTION OF THE LAGOA

RODRIGO DE FREITAS (1886)

THIAGO SANTOS MATHIAS DA FONSECA¹

Resumo

No acervo do IHGB, encontra-se custodiada uma proposta datada de 1886, elaborada pela Inspetoria-Geral de Higiene para o saneamento da Lagoa Rodrigo de Freitas, propondo o aterramento total do espelho d'água. Quais circunstâncias levaram à idealização de uma estratégia tão radical? Essa é a pergunta que o presente artigo busca responder, empregando, para tanto, fontes primárias. Veremos que a pauta sanitária da Lagoa foi construída ao longo do século XIX a partir de conceitos do discurso médico, sobretudo relacionados a miasmas, que foram aplicados ao contexto da Freguesia da Gávea. Em seguida, faremos um apanhado da trajetória da Inspetoria-Geral, e do contexto de elaboração da proposta, cujo mérito e autoria, que identificamos ser de Bento Gonçalves Cruz, iremos analisar. Ao final, notaremos que, após ser discutida por instâncias superiores do Império, a ideia foi rejeitada, porém, levou à criação de uma comissão crucial para a formulação de um projeto definitivo para a questão da Lagoa no final da década de 1880.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Lagoa Rodrigo de Freitas; história; saneamento; aterramento; Bento Gonçalves Cruz.

Abstract

The archives of the IHGB hold an 1886 project drafted by the Inspetoria-Geral de Higiene for the sanitation of Lagoa Rodrigo de Freitas, proposing the total landfilling of its water surface. What circumstances led to such a radical strategy? This is the question the present article seeks to answer by employing primary sources. We argue that the sanitary agenda for the Lagoa was constructed throughout the 19th century based on concepts from medical discourse, specifically those related to miasmas, applied to the context of the Parish of Gávea. Subsequently, the article provides an overview of the Inspetoria-Geral trajectory and the context in which the proposal was drafted, analyzing both its merits and authorship (Bento GonçalvesCruz). Finally, it is noted that while the idea was rejected after deliberation by the Empire's higher authorities, it nevertheless led to the creation of a crucial commission for the formulation of a definitive project for the Lagoa in the late 1880's.

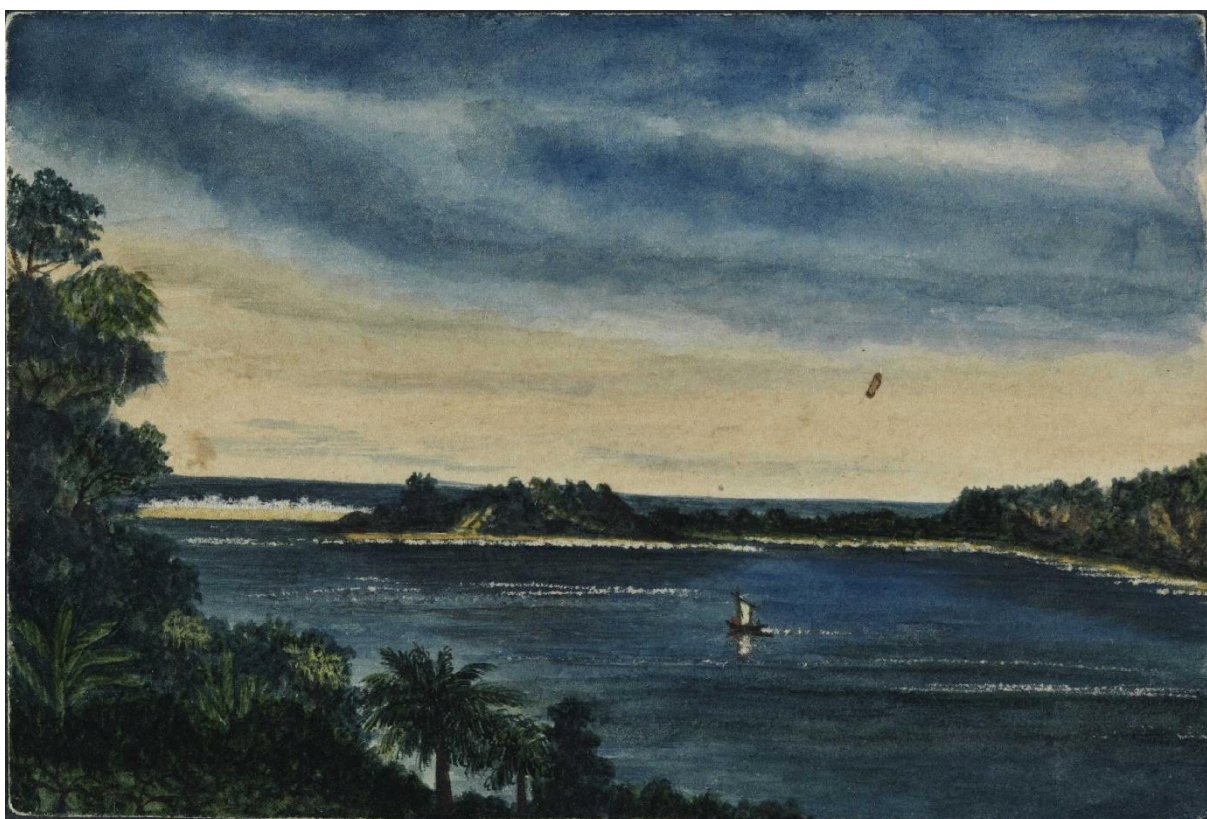
Keywords: Rio de Janeiro; Lagoa Rodrigo de Freitas; historiography; sanitaton; landfilling; Bento Gonçalves Cruz.

¹ Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em Patrimônio Cultural pelo CEFET/RJ. Especialista em Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural Edificado pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Mestrando no PROURB/UFRJ. Mestrando no PROURB/UFRJ. E-mail: thiagosmfonseca@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3316-6846>.

1.0 INTRODUÇÃO

A Lagoa Rodrigo de Freitas, tal como a conhecemos no século XXI, possui uma conexão permanente com o mar, feita por meio do canal construído na década de 1920 a partir de solução encomendada ao engenheiro Saturnino de Brito (1944). Antes disso, o espelho d'água era controlado por um regime de estiagens e cheias que levava ao aumento do seu nível até o transbordamento da restinga da barra, entre os atuais bairros de Ipanema e Leblon (figura 1). Nessas ocasiões, a Lagoa entrava temporariamente em contato com o oceano, até que seu nível tornasse a diminuir.

Figura 1 - “*The head of the lake*”, aquarela sem data de Lilian Schwind. Vê-se o trecho da restinga através do qual a Lagoa transbordava para o mar. A pequena colina no centro é a Pedra do Bahiano, atualmente sob o Shopping Leblon. No verso, há a observação de que, no menor trecho, o banco de areia possuía até 40 jardas (aprox. 36 metros).



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, icon460103.

Na ausência de uma ligação perene com o mar, o poder público passou a promover, sazonalmente, a abertura de um sangradouro para evitar o referido transbordamento e as inundações oriundas dele, que atingiam os terrenos marginais. Essa ação foi incorporada às posturas municipais em 1838, com a obrigação, por parte dos proprietários das adjacências, de contribuir com mão de obra para a execução do serviço (Camara Municipal, 1854).

Durante o século XIX, a cidade crescia em direção à Zona Sul, e a região da Lagoa, ocupada por chácaras (Barata; Gaspar, 2015), se consolidava como tecido urbano ao longo da antiga estrada do Jardim Botânico, que fora criado em 1808 por decreto real de D. João VI (Costa, 2009; Lavor, 1983). Frente ao novo contexto de uma presença humana mais densa, o regime de cheias e estiagens passou a ser pautado como um problema ao desenvolvimento urbano, para o qual os sangradores já não eram suficientes.

Nesse sentido, uma série de projetos anteriores à proposta de Saturnino foi formulada ora pelo poder público, ora por particulares, para dar resposta às inundações e, posteriormente, ao assoreamento e à eutrofização. A maior parte deles propunha justamente um canal permanente para o mar como forma de regular o nível médio d'água, evitando os impactos das cheias e renovando a massa hídrica estagnada. O estudo desses projetos é o escopo de pesquisa desenvolvida em programa de pós-graduação.

Durante as pesquisas, chamou a atenção uma proposta que contraria essa tendência geral de conexão com o oceano, e que faz parte da Coleção Thereza Christina, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Trata-se de uma ideia para o aterramento completo da Lagoa Rodrigo de Freitas, aventada em 1886 pela Inspetoria-Geral de Higiene. A parca literatura sobre o tema é vaga em relação a esse projeto, que é mencionado de maneira superficial e sem maiores comentários acerca das condições históricas em que foi formulado (Brito, 1944; Cardozo, 1905; Coelho, 2016; Freitas, 1900; Leonardos, 1974; Pinheiro; Pinheiro, 2009; Torres, 1990). Há, inclusive, informações contraditórias sobre autoria, ora atribuída à mencionada Inspetoria, ora atribuída ao Conselho Superior de Saúde.

Considerando a peculiaridade dessa proposta, bem como o seu caráter radical, o presente artigo tem como objetivo apresentar insumos para a interpretação desse documento, o qual, caso tivesse sido ratificado, teria levado à extinção de um dos mais conhecidos cartões postais cariocas. Aqui, buscamos compreender o conjunto de circunstâncias que deflagraram a idealização de uma proposta tão drástica; seus autores; o tipo de demanda que buscava atender; o mérito da solução e os seus desdobramentos. Para tanto, consultamos, além do

projeto custodiado pelo IHGB, fontes diretas compostas por periódicos da base Hemeroteca Digital, mantida pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN), através da busca com o termo “rodrigo de freitas” no período de 1880-1889. Promovemos, ainda, levantamentos no acervo físico da FBN e da Casa de Oswaldo Cruz (COC), instituições nas quais localizamos outras versões do texto do IHGB.

Para analisar o documento, em primeiro momento buscamos compreender a dimensão do problema sanitário da Lagoa. Para tanto, apresentamos algumas noções recorrentes no discurso médico da época, e que elucidam como os círculos especializados explicavam os mecanismos de propagação de doenças. Em seguida, investigamos a atuação dos órgãos de saúde e higiene pública de maneira geral e, especificamente, na Freguesia da Gávea, para a qual foi construída uma pauta de saneamento. Após, elucidamos o contexto imediato da elaboração da proposta da Inspetoria-Geral em 1886, seu autor, e percorremos o mérito da solução propriamente dita. Ao final, verificamos que, apesar de o projeto ter sido descartado, ele foi crucial para a consolidação de uma estratégia de saneamento da Lagoa.

2.0 QUESTÕES SANITÁRIAS E UM DIAGNÓSTICO PARA LAGOA

Segundo Maria Fonseca (2008), o exercício das atividades médicas e a gestão da saúde foram influenciados, na primeira metade do século XIX, pela ideia de miasma. Baseada nos estudos de Hipócrates, ela explicava as doenças e epidemias a partir da corrupção das condições ambientais, com destaque para o ar (Czeresnia, 1997). O trecho abaixo, de um trabalho de 1848 do médico polonês Rudolf Virchow, descreve os mecanismos que, na época, eram vistos como deletérios à saúde:

Nós supusemos que um miasma particular era a causa endêmica, e que ele era o produto da decomposição química que ocorria quando a insalubridade resultante do modo de vida dos habitantes em suas moradias intensificava-se sob certas condições climáticas. Certamente, sempre nos sentimos obrigados a procurar a causa da epidemia na intensificação da insalubridade doméstica e tentar refutar os pontos de vista opostos. Além disso, reconhecemos que é provável que tal miasma, isto é, uma substância que sofre uma reação química (movimento de átomos), um agente químico, alcança o corpo e envenena o sangue, causando uma série de mudanças secundárias no processo da vida, nos processos nutritivos, assim como no sistema nervoso. (Virchow, [1848] 1985, pp. 298-299, apud Czeresnia, 1997, p. 88²)

² Como a publicação original é em língua inglesa e repleto de jargões – técnicos e históricos – demos preferência para utilizar a tradução de Czeresnia, que utilizou essa obra em sua tese, mantendo o trecho citado na íntegra para interpretações descontextualizadas.

Especificamente sobre a leitura do miasma nas condições ambientais brasileiras, Sigaud ([1844] 2009) destaca que as enfermidades mais comuns nas localidades tropicais eram as febres intermitentes – ou seja, as que variam entre picos e períodos de normalidade no intervalo de 24 horas. O autor defendia que o avanço das cidades sobre áreas pantanosas era a principal causa do agravamento dessas doenças:

A nocividade dos eflúvios pantanosos, fraca durante o calor do dia, forte durante a noite por causa da condensação dos vapores, trouxe, após uma série de anos, graves consequências para a saúde pública nas províncias marítimas do Brasil. Em certas províncias, essa nocividade aumentada fez as febres passarem de intermitência à continuidade, converteu doenças graves e rapidamente mortais aquelas que outrora se reputavam benignas e simples, deu à maioria delas um caráter pernicioso, uma forma ora lavrada, ora álgida (Ibidem, p. 170).

Segundo ele, as emanções dos pântanos seriam um dos mais relevantes agentes de intoxicação, aliadas à saturação do ar com vapores. A umidade seria, nesse sentido, um elemento essencial à vida e, simultaneamente, um acelerador dos processos de decomposição e putrefação, que tornavam o ar pestilento. Por outro lado, a água também seria um importante controlador: ao cobrir as áreas pantanosas, ela impedia o desprendimento de gases nocivos.

Sigaud, a partir de observações sobre o clima, sugeriu a existência de uma correlação entre os processos de desmatamento e a sensível diminuição da pluviosidade na Corte, apesar de a umidade do ar permanecer alta em função da proximidade com o oceano. Esse cenário aumentava a suscetibilidade às epidemias porque “a falta de água, impedindo a submersão dos pântanos, torna a região insalubre e favorece a endemia de febres paludosas de tipo intermitente” (Ibidem, p. 73).

As noções que aqui introduzimos assumem maior importância ao levarmos em consideração que, a partir de 1849, ocorreram surtos devastadores de febre amarela, a epidemia mais significativa para o Rio de Janeiro em termos de saúde pública no século XIX (Rego, 1872). Apenas em 1881 foi formulada pelo médico cubano Carlos Finlay a hipótese de que a doença era transmitida por um mosquito (*Aedes aegypti*), e só em 1901, com as experiências lideradas pelo estadunidense Walter Reed, ela ganhou legitimidade (Franco, 1969). Até lá, essa epidemia, assim como outras, tinha sua origem amplamente atribuída às condições ambientais úmidas e a determinados hábitos de higiene da população.

Apesar de o conceito de miasma vir da medicina, ele foi paulatinamente absorvido pelos engenheiros. Tomamos como referência a memória “Saneamento da cidade do Rio de

Janeiro”, escrita por Antonio de Paula Freitas (1884) e citada com alguma frequência nos periódicos e trabalhos técnicos das décadas de 1880-1890, de acordo com os nossos levantamentos. Paula Freitas era engenheiro de prestígio do Império, catedrático e, por muitos anos, foi secretário do Instituto Politécnico, entidade central de ensino da engenharia e de discussões técnicas sobre o futuro do desenvolvimento urbano da Corte (Caetano, 2008).

Na memória, o autor comenta que as planícies do Rio de Janeiro haviam sido formadas a partir do acúmulo de sedimentos oriundos das regiões mais altas, que ocasionou o surgimento de grandes pântanos. Nesse sentido, destaca que o processo de ocupação da cidade fora extensivamente baseado em aterros sobre as áreas alagáveis, executados sem prévio dessecação das águas estagnadas e limpeza dos terrenos: o resultado teria sido a retenção da umidade e a permanência de uma camada orgânica em putrefação, confinada entre a superfície original e o aterramento. Ele também criticou o material utilizado para essas operações – detritos ora misturados com dejetos, ora compostos por elementos que absorviam a umidade.

Paralelamente, Freitas entendia que a corrupção do solo ocasionava a contaminação da água do subsolo, à qual muitos moradores recorriam na falta de um serviço de abastecimento regular. Isso levou o autor a assim sintetizar a situação da capital do Império, em termos de salubridade:

Todas estas citações justificam bem o fato, que descrevemos, de que a cidade do Rio de Janeiro, em consequência de ser extremamente baixa e úmida, e de haver atingido o nivelamento, que hoje possui, à força de aterros sem plano, nem estudo, ou escrúpulo algum a respeito da qualidade dos materiais, não é mais, em quase toda a sua planície, do que um pântano abafado, e que a sua contínua umidade provém da oscilação e pouca profundidade da camada subterrânea de água, mantida ou pelo mar ou pelas montanhas, ou pela natureza do solo, quase todo aluviário. (Ibidem, p. 11)

O texto sinaliza ainda que, para além do solo, o ar era veículo de circulação das emanções palustres e humanas. A presença de ruas estreitas e de montanhas significava, nessa perspectiva, obstáculos à livre circulação das brisas marinhas; a atmosfera estagnada seria um outro fator que fomentava a propagação de doenças.

2.1. A construção de uma pauta de saneamento da Lagoa

Uma apreensão, ainda que instrumental, da ideia de miasma é relevante para o objeto deste artigo porque essa perspectiva foi paulatinamente assimilada à leitura da cidade. De fato, a partir da década de 1850, as questões da febre amarela e salubridade, por exemplo, passaram a ser elementos de valorização e desvalorização de imóveis, como, por exemplo, no anúncio de venda abaixo:

Vende-se uma chácara com 14 a 15 braças de frente, e 50 de fundos, na Lagoa (Jardim Botânico e ponto dos ônibus) com casa nova e algumas plantações, lugar muito salubre, onde nunca se deu um caso de febre amarela; para ver e tratar, no mesmo lugar, rua do Sapê, 2ª casa (Jornal do Commercio, a. 29, n. 138, 20.05.1854, p. 3).

No crescente contexto de preocupação com o estado sanitário da Corte, a Lagoa Rodrigo de Freitas foi progressivamente pautada, ao longo da segunda metade do século XIX, como uma das origens de problemas de saneamento. O discurso mais corrente, alinhado com a noção de miasma e exemplificado pela citação a seguir, estabelecia uma relação entre o cheiro emanado pelo espelho d'água e eventuais epidemias:

É já por demais nocivo e insuportável o cheiro que exala a lagoa de Rodrigo de Freitas, cuja população tem sofrido consideravelmente toda a sorte de enfermidades, especialmente as febres intermitentes; é inqualificável a incúria e desmazelo do respectivo fiscal. Custa a acreditar que, sendo público e notório o estado sanitário daqueles lugares, não havendo talvez uma pessoa que não tenha sido acometida de febre, que deixa de olhar para este foco de águas estagnadas, que, evadindo as chácaras e valas, vem até à estrada trazer o fétido mais nauseabundo e pernicioso que se pode imaginar. [...] (Jornal do Commercio, a. 35, n. 213, 02/08/1860, p. 2)

Para além dos odores, outras formas de corrupção foram associadas à Lagoa. O ar sempre era compreendido como o elemento através do qual se propagavam os miasmas, cujas origens eram as mais variadas: vimos anteriormente com Sigaud e Paula Freitas que um dos focos era o solo pantanoso. Esse tipo de explicação ganhou impulso à medida em que as condições físicas da Lagoa foram estudadas.

Entre as fontes diretas levantadas por esta pesquisa, o primeiro trabalho que busca tematizar a origem desse corpo hídrico é “Memórias das condições geológicas do porto do Rio de Janeiro”, de Cândido Batista de Oliveira³, integrante da comissão de engenharia da Junta Higiene Pública. O autor propõe que a região da Lagoa fora uma angra ou enseada onde a deposição de sedimentos carregados pelos rios próximos, associada à ação das marés, havia favorecido a formação de um banco de areia que, eventualmente, a teria separado do mar,

³ Utilizamos a transcrição de Cardozo (1905), pp. 112-125.

formando a Lagoa. Nesse sentido, a planície seria composta por terras de aluvião, ricas em matéria orgânica⁴.

Esse trabalho, citado com frequência por outros estudos que buscavam compreender o regime das águas e charcos na corte, como Freitas (1884), foi corroborado por outro entendimento que surgiu na segunda metade do século. Vimos que a lógica enunciada por Virchow e Sigaud foca na ação deletéria da umidade; a resposta dada pelo Governo Imperial foi o aterramento sucessivo de pântanos, o que não havia sido suficiente para erradicar as doenças. Nesse contexto, surgiu a hipótese, defendida tanto por engenheiros quanto médicos, de que os aterros significavam apenas a sobreposição de sedimentos secos sobre matéria orgânica contaminada, o que formaria pântanos subterrâneos que continuavam exalando os miasmas, mesmo nas áreas totalmente integradas ao tecido urbano (Freitas, 1884; Gama-Roza, 1879).

Nessa ótica, as características geológicas da Lagoa, sobretudo seu papel de bacia de deposição de sedimentos, ganharam uma nova dimensão em termos sanitários. A consciência da contínua sedimentação que formara o espelho d'água levou à percepção da existência de um processo que assoreava o seu leito e formava charcos em suas margens. Por isso, a municipalidade promovia a limpeza de lodo e algas, que foi assumida pela Junta de Higiene em 1877, após críticas veiculadas na imprensa, como veremos. O seu presidente, Barão de Lavradio, ao relatar a experiência do ingresso da sua equipe nesse serviço, comenta:

Tratando deste assunto, permita V. Ex. ponderar-lhe que, não contestando que o processo de conservação possa trazer alguns benefícios à salubridade daquele importante e florescente arrabalde, e único que por enquanto se pode empregar, eu me abalanço a declarar que serão tais benefícios pouco estáveis, vindo por último a Lagoa, que é o vazadouro natural de todas as águas que caem sobre a maior extensão do território da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Gávea, a ir gradualmente desaparecendo e constituir-se um vasto charco semelhante àquele de que acima falei, situado na frente do Jardim Botânico, e outros lugares pelo mesmo processo que então indiquei.

*Esta conjectura, que para os espíritos céticos será pouco aceitável, talvez se realize em época não muito remota, assim penso, tendo em atenção o que ali se observa demais do que fica indicado, perdendo-se por este modo uma das maiores belezas daquela localidade (**Diário Oficial do Império**, a. 16, n. 151, 04/07/1877, p. 2).*

Por isso, propunha o aterramento das margens já comprometidas – ou charcos, como denominou – e o estabelecimento de um canal para o oceano, de modo que, em épocas de cheias, o excesso d'água fosse direcionado ao mar, e que, nas estiagens, pudesse ser mantido

⁴ Estudos mais recentes são compatíveis com essa linha de raciocínio, porém, agregaram a essa compreensão os processos de aumento e diminuição dos níveis dos oceanos relacionados aos períodos glaciais (cf. Alves, 2019).

o nível médio do espelho d'água, de modo a evitar a emersão do fundo lodoso. Sua proposta não foi executada.

Três anos depois, o Ministério do Império convocou o Barão de Tefé, engenheiro a serviço da Repartição Hidrográfica da Marinha, para formular alternativas para melhora das condições de higiene. Consideramos o relatório resultante (Tefé, 1880) um texto seminal por ser o primeiro trabalho oficial baseado em coleta de dados empíricos que busca descrever o processo de emanção de miasmas tendo em vista especificamente a situação da Lagoa.

O Barão, após execução de sondagens, identificou uma espessa camada de lodo no leito da Lagoa, à semelhança do que descreveu Oliveira na “Memórias das condições geológicas”:

Efetivamente, sobre o fundo arenoso da primitiva enseada começaram desde então a acamar-se terras de aluvião e as matérias orgânicas decompostas, obstruindo a lagoa, cujas águas só renovadas na estação das chuvas, naturalmente se condensavam em alto grau durante o resto do ano não só pela rápida evaporação, como pela mistura de matérias albuminosas, produto de contínua fermentação dos detritos vegetais e cadáveres de inúmeros seres peculiares às águas estagnadas e cuja germinação prodigiosa assombra o observador.

É fácil compreender como no decurso dos séculos, as terras e resíduos precipitados no fundo da bacia lhe têm diminuído a profundidade a ponto de encontrar-se hoje com a sonda em certos lugares uma camada de lodo mole e glutinoso de mais de 4 metros de espessura sobre o solo primitivo. E ainda mais fácil é concluir que uma lagoa nessas condições, vazando a deixar a descoberto grande parte do seu leito, exporá certamente aos raios do sol as matérias orgânicas que encerra e que decompondo-se dão origem aos miasmas palustres tão justamente temidos. (Ibidem, pp. 7-8)

Dessa maneira, Tefé assinala que as águas estagnadas, ricas em nutrientes, eram nocivas à saúde pública, mas também igualmente o eram as margens secas expostas ao sol. Como solução, defendeu a necessidade de salinização de todo o volume d'água e sua constante renovação, o que poderia ser feito por meio do bombeamento de água do mar através de moinhos de vento, necessários porque a Lagoa estava, segundo ele, acima do nível médio do mar. Essa proposta foi considerada pouco ortodoxa pelo Ministro, que não a levou adiante, conforme se depreende do Relatório do Ministério referente a 1880.

Destacamos três pontos importantes do texto de Tefé: a) a incorporação do processo natural e típico de assoreamento da Lagoa, ora visto como um problema, ao diagnóstico; b) a ênfase tanto na água estagnada quanto na exposição das margens lodosas em tempos de estiagem; c) existência de uma análise cujas medidas profiláticas pressupunham o controle das condições ambientais urbanas. Todas essas as questões aparecem na proposta da

Inspetoria-Geral – órgão que discutiremos a seguir – de 1886, que cita expressamente o trabalho de Tefê como um precursor.

3.0 OS ÓRGÃOS PÚBLICOS DE HIGIENE E SAÚDE

As origens da repartição que, no ano de 1886, chamava-se Inspetoria-Geral de Higiene Pública, remontam a meados do século XIX. Plácido Barbosa e Cassio Rezende (1909) afirmam que o surto de febre amarela de 1849⁵ impulsionou, no início de 1850, a criação da Comissão Central de Saúde Pública, que tinha como objetivo preparar o governo e a população contra a epidemia. A esse órgão centralizador, estavam submetidas comissões paroquiais que correspondiam às freguesias urbanas da cidade.

No mesmo ano, diante da necessidade de uma abordagem permanente dos problemas de saúde, a Comissão foi substituída pela Junta de Higiene Pública, criada pela lei nº 598, de 14 de setembro de 1850 (Ibidem). Nos meses subsequentes, foram criadas comissões provinciais de higiene subordinadas à Junta, a qual, por regulamento aprovado pelo Decreto nº 828, de 29 de setembro de 1851, passou a se chamar Junta Central de Higiene Pública, enfatizando o seu papel protagonista em relação aos demais órgãos de saúde (Cabral, 2014b). Conforme indicado por Maria Fonseca (2008), o ente, inicialmente consultivo, assumiu a coordenação dos serviços sanitários do Império.

Parte da atuação dessa repartição relaciona-se com a Comissão de Melhoramentos de 1875 e 1876. Desde os tempos coloniais, o campo da medicina fora preponderante para análise e ordenamento do espaço urbano carioca. Contudo, a partir de uma conjuntura caracterizada por novos surtos de febre amarela⁶, necessidade de otimização de fluxos de escoamento e mudanças de ensino, na década de 1870 os engenheiros passaram a participar mais ativamente das discussões urbanas da Corte (Silva, L. 2012). Nesse sentido, contemplando a Junta de Higiene, que demandava uma ação integrada com esses profissionais, foi criada em 1874 a comissão que elaborou o Plano de Melhoramentos de 1875

⁵ Segundo memória histórica elaborada pelo Barão de Lavradio, que presidiu a Junta entre 1864 e 1881, a febre amarela, apesar de ocorrências pontuais, jamais havia se instalado com a intensidade com que o fez nos anos de 1849-1850, e foi a doença mais relevante do século XIX na cidade em termos de saúde pública (para informações detalhadas sobre a epidemia, cf. Rêgo, 1872).

⁶ Os surtos de 1873 (3.659 óbitos) e 1876 (3.476 óbitos) foram tão devastadores quanto os de 1849-1850 (4.160 óbitos), e repercutiram de maneira expressiva na imprensa (Barbosa; Rezende, 1909).

e 1876, considerado por Andreatta (2006) e Rabha (2008), junto com o Relatório de Beaurepaire-Rohan, pioneiros em termos de planejamento e intervenção na urbe no Rio.

Sem adentrar no Plano propriamente dito, basta-nos, para este trabalho, compreender que a ação conjunta entre médicos e engenheiros não ocorreu como esperado, e, após mudanças no Ministério do Império, ao qual o órgão estava subordinado, um outro plano foi solicitado à Junta em 1878 (Silva, L. 2012). Sobre os paralelos entre as duas propostas, Lúcia Silva (2012) assim discorre:

Enquanto o texto dos engenheiros [1875-1876] se debruçava sobre traçados, obras, sugestão de instalação de equipamentos e principalmente custos; o Plano dos Médicos [1878] concentrava-se em recomendações de ação, essas iam desde aterro das áreas alagadiças, passando pela arborização de praças até a normatização das construções. As intenções eram similares, a diferença estava na forma como cada grupo produzia suas proposições. (Ibidem, p. 144)

Logo, uma atuação direta do órgão de saúde pública em questões de melhoramentos urbanos não é uma exclusividade da proposta objeto deste trabalho. O Plano da Junta (Junta Central de Hygiene, 1878) menciona apenas pontualmente a necessidade de saneamento da Lagoa, possivelmente por serem as questões de salubridade da Cidade Nova mais prementes, frente ao processo de ocupação daquela área e à frustração de expectativas em relação à eficácia do Canal do Mangue, parcialmente construído na década de 1850.

Nesse período, outras alterações organizacionais ocorreram, primeiro em 1876, na estrutura interna e nas atribuições; e, depois, com o Decreto nº 9.554, de 3 de fevereiro de 1886, que promoveu a última reforma significativa nos serviços sanitários do império (Cabral, 2014b). Por meio dele, a Junta Central de Higiene se transformou em Inspetoria-Geral de Higiene, como forma de melhorar a estrutura do ente e sua capilaridade no restante do país (Idem, 2018). Na mesma ocasião, foi instituído o Conselho Superior de Saúde Pública, o qual “tinha por atribuição emitir parecer acerca das questões de saúde pública em que fosse consultado pelo governo” (Idem, 2019). Ele, como veremos, papel relevante na validação da proposta de 1886 da Inspetoria.

Figura 2: sucessão dos órgãos de saúde pública mencionados neste trabalho.



Página | 262

parceria com a Comissão Vacínico-Sanitária da Glória, subordinada ao Instituto Vacínico⁹, elaborou relatório criticando o modo como as algas e detritos eram retirados da água e enterrados nas praias próximas às margens, o que, segundo o entendimento da época, fomentava o processo de putrefação e emanação de miasmas. No trecho a seguir, o estado sanitário foi assim descrito:

Nos arredores da lagoa, sente-se, em determinadas horas do dia, particularmente à tardinha, um mal cheiro insuportável a dominar o ambiente; são as algas que, expostas à superfície das águas, entram em decomposição sob a ação dos raios solares, e ainda são as algas que, recolhidas por alguns raros encarregados da limpeza da lagoa, vão ser depositadas sobre a areia ardente da praia, ou o que é pior, enterradas aos montes em escavações de um metro a 1m,50 de profundidade ao longo da mesma praia.

Como bem se deve compreender, este perniciosíssimo sistema de enterramento de matérias tão próprias à decomposição, e decomposição rápida, concorrem poderosamente para o viciamento do ar, visto como dos raios solares atuando diretamente sobre o solo, por um lado, e do calor concentrado nesse mesmo solo por outro, resulta a concentração de duas forças caloríficas de grande monta, atuando sobre as algas enterradas as quais se decompõem com a maior rapidez, convertendo toda a extensa praia da lagoa em terrenos mais insalubres e perniciosos do que os ocupados pelos legítimos cemitérios (Maciel, 1884, Anexo F, p. 8).

O relatório também considerou que a equipe empregada era insuficiente para a demanda. Em consequência, o contrato com Cândido foi rescindido e uma nova contratação foi licitada, cujo vencedor foi J. Bellissime (Vasconcellos, 1885). O escopo incluía limpezas diárias com pelo menos 15 trabalhadores, draga e lancha a vapor e escaleres, mediante a extração de algas, lodo e lixo em distância de até 35 metros das margens (Ibidem). O material deveria ser armazenado na restinga para posterior destruição das algas, incineração do lixo e enterramento do lodo (Ibidem).

Em instância de termo aditivo, a empresa sugeriu promover, no lugar dos sangradouros, um canal provisório regulado por uma represa de madeira; solicitada a se manifestar, a Diretoria de Obras Municipais da Corte foi contra o projeto, alegando inviabilidade e insuficiência do material técnico elaborado¹⁰. Em contrapartida, o engenheiro de obras do Império, Antônio Paula de Freitas, emitiu parecer argumentando que a barragem evitaria o escoamento demasiadamente rápido das águas e a consequente exposição das

⁹ O Instituto funcionava de maneira paralela à Junta Geral de Higiene, e “(...) tinha por atribuição o estudo, a prática, o melhoramento e propagação da vacina” (Cabral, 2014a). Quando o Decreto nº 9.554, de 3 de fevereiro de 1886, transformou a Junta Central de Higiene em Inspetoria Geral, ele também extinguiu o Instituto Vacínico, que foi incorporado à Inspetoria.

¹⁰ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, código 45.4.40, fls. 24-26. Localizamos apenas menções à proposta, mas até o presente momento não identificamos o material original nos documentos do Ministério do Império.

margens lodosas. O Governo optou por prorrogar o contrato em 1885, e a represa foi construída¹¹.

No mesmo ano, tornaram a surgir notícias de que o estado da Lagoa não estava satisfatório, e o Governo multou a J. Bellissime. A situação evoluiu de tal forma que em 1886 o contrato foi rescindido a mando do Ministro do Império, ao encontrar a região no seguinte estado:

Em ofício de 19 de Março último, a Ilma. câmara municipal, enviando cópia do que lhe dirigira o fiscal da freguesia da Gávea, solicitou a atenção do governo para o iminente risco que corriam os habitantes das imediações da lagoa de Rodrigo de Freitas pelo estado lastimoso de imundície a que ela tinha chegado, não obstante haver um contrato para a sua limpeza.

Sendo frequentes as reclamações sobre o modo por que era executado este serviço, deliberaram V. S. e os mais membros da inspetoria geral de higiene proceder a uma vistoria na lagoa, e para essa diligência convidaram o engenheiro deste ministério, Dr. Antonio de Paula Freitas.

Percorrendo, em escaler, a parte da lagoa que corresponde aos fundos dos terrenos situados nas ruas do Jardim Botânico e Sapé, aí viram os membros da inspetoria e o referido engenheiro tal profusão de lodo e algas acamadas, que só podia explicar-se pela absoluta ausência de qualquer tentativa de limpeza.

Terminada a visita das margens da lagoa, dirigiram-se aqueles funcionários para a barra e não encontraram canal algum aberto pelos empresários entre a lagoa e o oceano, achando-se a represa de madeira completamente soterrada pelas areias.¹²

Após a rescisão, a (agora) Inspetoria-Geral assumiu os trabalhos de limpeza, os quais foram liderados por Bento Gonçalves da Cruz (pai de Oswaldo Cruz), que desde pelo menos 1879 integrava a comissão paroquial da Lagoa e Gávea¹³. Formou-se doutor pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1870¹⁴; segundo Azevedo (2015), após colar grau, mudou-se para São Luís do Paraitinga, no estado de São Paulo, e retornou ao Rio em 1877, onde assumiu posição no ambulatório da Fábrica de Tecidos Corcovado. No Almanaque Laemmert, indica-se que ele atendia como clínico em sua casa, inicialmente na subida da Gávea (Rua Boa Vista, nº 73); depois, na Rua Jardim Botânico, nº 26; e, finalmente, na Rua Jardim Botânico, nº 7¹⁵. Há registros em 1891 de que era vice-presidente de uma clínica particular, a Companhia Casa de Saúde Dr. Eiras, na Rua Marquês de Olinda, em Botafogo¹⁶. Apesar da sua atuação profissional, sempre se manteve membro da comissão paroquial, até

¹¹ **Gazeta de Notícias**, a. 11, n. 123, 03/05/1885, p. 1.

¹² **Jornal do Commercio**, a. 64, n. 108, 18/04/1886, p. 1.

¹³ **Almanaque Laemmert**, a. 36, 1879, pp. 100-102.

¹⁴ Gonçalves Cruz fez a defesa em 01/12/1870, em banca solene com presença do Imperador (cf. **Jornal do Commercio**, a. 49, n. 332, 02/12/1870, p. 3).

¹⁵ Vide, respectivamente, as edições de: 1879, p. 645; de 1880, p. 677; de 1885, p. 730.

¹⁶ **Almanaque Laemmert**, a. 48, 1891, p. 1811.

assumir por curto período o cargo Inspetor-Geral – primeiro de maneira interina em 1891, e depois oficialmente, 1892¹⁷–, até a sua morte, em novembro de 1892¹⁸.

Logo, Gonçalves Cruz possuía anos de vivência na Lagoa e nos círculos médicos. No Anexo 2 do Relatório da Inspetoria-Geral referente ao ano de 1886, custodiado pela Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional), há um memorial elaborado por ele, no qual explica que os equipamentos da J. Bellissime foram adquiridos pelo Governo; que a represa foi destruída; que a limpeza foi realizada, de maneira superficial, em toda extensão do espelho d'água; e que, para a dragagem do fundo, foi iniciada a aquisição de maquinário específico¹⁹. A equipe de campo era comandada por Antonio da Silva Daltro²⁰, também médico e residente no Jardim Botânico.

Um conjunto de três textos de Gonçalves Cruz, publicados no *Jornal do Commercio* em 1886, evidencia dissonâncias em relação ao aparente sucesso da retomada dos serviços de limpeza²¹. Neles, ele se queixa de matérias sem autoria – as quais posteriormente foram assumidas por J. Bellissime – que questionavam a persistência da presença de algas próximas às margens, e a ineficiência das ações levadas a cabo por “por um par de médicos residentes na rua do Jardim Botânico”²². Bento Gonçalves defendeu-se afirmando que, como a limpeza vinha sendo feita de maneira periódica, as algas eram retiradas ainda verdes, e, portanto, antes do início do processo de apodrecimento. Por isso, eram deixadas expostas ao sol, para serem secas e utilizadas eventualmente como adubo.

4.0 A PROPOSTA FORMULADA EM 1886

¹⁷ **O Paiz**, a. 7, nº 3284, 23/04/1891, p. 1; **Gazeta de Notícias**, a. 18, n. 13, 13/01/1892, p. 1.

¹⁸ **Gazeta de Notícias**, a. 18, n. 314, 10.11.1892, p. 2. Segundo o obituário, Gonçalves Cruz tinha 40 anos, e os trabalhos da Inspetoria-Geral foram suspensos por 8 dias em função de luto.

¹⁹ Trata-se do escavador à vapor modelo Priestman, cuja descrição consta do **Jornal do Commercio**, a. 65, n. 83, 24/03/1887, p. 5. Ele foi instalado sobre uma barcaça, de modo a facilitar seu trânsito na Lagoa. Ambos os equipamentos – escavador e embarcação – foram fornecidos pela empresa Fonseca Machado & Comp., e montados *in loco* no ano seguinte (cf. **Cidade do Rio**, 1888, a. 2, n. 229, 12/10/1888, p. 1).

²⁰ Daltro foi nomeado delegado da comissão paroquial em 1885 (cf. **Relatório do Ministério do Império**, 1885, p. 113).

²¹ Vide n. 65, n. 47, 16/02/1887, p. 4; n. 51, 20/02/1887, p. 3; n. 56, 25/02/1887, p. 2. Infelizmente, não pudemos localizar nos periódicos da época as matérias que Gonçalves Cruz buscava rebater.

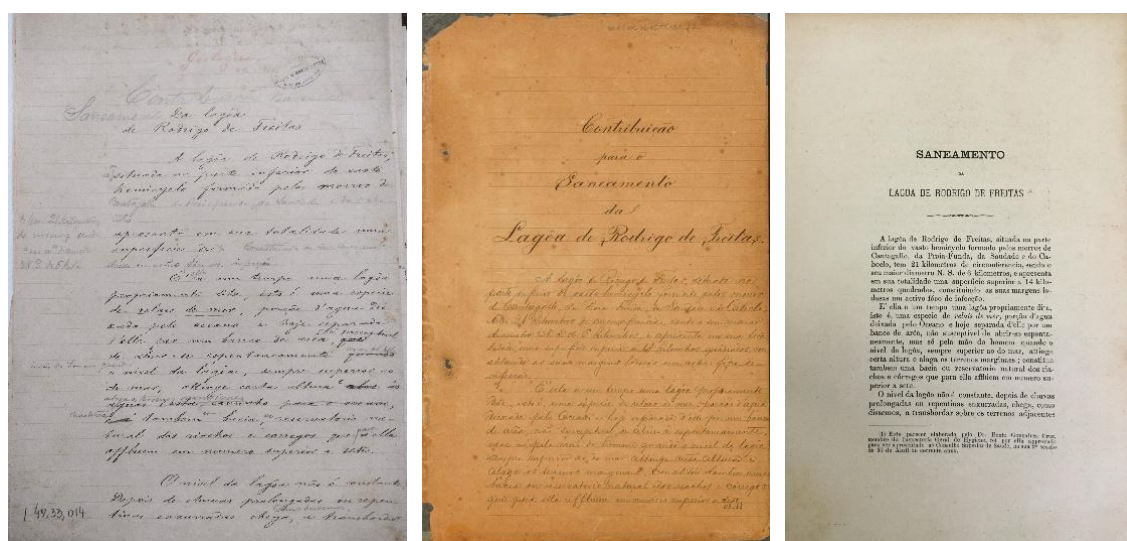
²² É uma alusão ao próprio Gonçalves Cruz, e a Daltro, que também foi acusado por matéria anônima de fazer pagamentos irregulares à equipe de limpeza, às quais respondeu através da **Gazeta de Notícias**, a. 12, n. 200, 19/07/1886, p. 3.

No contexto marcado por tensões que vimos acima, a Inspetoria-Geral de Higiene, com o intuito de ir além das abordagens paliativas de limpeza e conservação do espelho d'água, formulou um projeto de saneamento para a Lagoa Rodrigo de Freitas.

Na parca bibliografia sobre o tema, encontram-se menções, sem maiores aprofundamentos, a uma proposta de aterramento total da Lagoa pelo Conselho Superior de Saúde em 1886 (vide Freitas 1900; Brito, 1944; Leonardos, 1974; Pinheiro e Pinheiro, 2009; e Coelho, 2016). Por outro lado, Torres (1990) menciona um projeto elaborado por Gonçalves Cruz para o mesmo ano. Os jornais da época também noticiaram, com termos igualmente vagos, um projeto do Conselho de Saúde. Para sanar dúvidas, voltamo-nos para as fontes primárias e localizamos os seguintes documentos:

- a) Na Biblioteca Nacional (notação I-47,33,014), um manuscrito com emendas e rasuras que parece ser um rascunho. Acompanha o documento um croqui cuja relação com o texto, nesse momento, ainda não conseguimos estabelecer.
- b) Na Casa de Oswaldo Cruz (notação BR RJCOC OC PI TT 13 01), outro manuscrito com a mesma caligrafia, menos emendas, mas com trecho que não consta do manuscrito anterior.
- c) No IHGB um livreto impresso, denominado “Projecto de alguns melhoramentos para o saneamento da cidade do Rio de Janeiro” (Inspeção Geral de Hygiene, 1886). O teor de um dos seus anexos, “Parecer da Inspeção Geral de Hygiene para o saneamento da Lagoa de Rodrigo de Freitas”, é compatível com ambos os manuscritos que vimos acima.

Figuras 3, 4 e 5: versões da proposta da Inspetoria-Geral para o Saneamento da Lagoa Rodrigo de Freitas. À esquerda, documento da FBN; no meio, da Casa de Oswaldo Cruz; à direita, do IHGB.



Fonte: Fotos do autor.

O manuscrito da Biblioteca Nacional não possui assinatura²³, porém, o da Casa de Oswaldo Cruz é subscrito por Gonçalves Cruz em 20 de abril de 1886. Já a versão impressa é atribuída ao Barão de Ibituruna em 30 do mesmo mês; entretanto, em nota de rodapé, há indicação de que “Este parecer, elaborado pelo Dr. Bento Gonçalves Cruz, membro da Inspetoria-Geral de Higiene, foi por ela aprovado para ser apresentado ao Conselho Superior de Saúde, na sua sessão de 30 de Abril do corrente ano” (Ibidem, anexo p. 1).

Esses dados parecem indicar que a proposta do Conselho Superior de Saúde, tal como majoritariamente atribuído pela literatura, é, na verdade, uma proposta elaborada por Gonçalves Cruz, discutida de maneira colegiada no âmbito da Inspetoria-Geral e apresentada pelo Inspetor-Geral ao Conselho, que a corroborou. Nesse sentido, os três documentos consultados são, a princípio, versões de diferentes estágios de elaboração do mesmo texto; consideramos, para fins de versão final, o documento do IHGB, por ser impresso.

Sobre a proposta propriamente dita, ela compõe um anexo à parte de uma série de medidas de saneamento para a cidade. Nela, é feita uma caracterização da situação da região: a Lagoa seria um reservatório natural das águas e sedimentos trazidos pelos riachos que nela desaguavam, e, em função das cheias e consequente inundação das chácaras marginais,

²³ O documento faz parte da Coleção Decimal, que “(...) é composta de documentos avulsos retirados de outras coleções, no final da década de 1970” (Perez, 2018, p. 220). Assim, ainda não dispomos de maiores dados sobre a proveniência do manuscrito, de modo a subsidiar uma análise de diplomática: por ora, podemos apenas assinalar a semelhança caligráfica entre essa versão e a custodiada pela Casa de Oswaldo Cruz, que se encontra efetivamente assinada.

executava-se o sangradouro para abaixar o seu nível. O texto a caracteriza um *relais de mer*, expressão de origem francesa que denomina as extensões de terra que emergem quando o mar recua (Triplet, 2019).

Os sedimentos carregados pelos rios faziam parte, segundo a análise, do processo natural de assoreamento. Paralelamente, o desvio dos afluentes para fins de abastecimento contribuía para a diminuição do volume hídrico:

Como todas as lagoas em condições análogas, a lagoa de Rodrigo de Freitas tende a declinar sensivelmente com o correr dos anos: as chuvas, os afluentes carregam sem cessar lodo, terra, areias, detritos que, ora acumulando-se perto das margens, aumentam a extensão da parte pantanosa, ora precipitando-se nas partes baixas, diminuem a profundidade da bacia, estratificando-se em seu fundo; destarte, poder-se-ia calcular a época em que teria de todo desaparecido essa massa d'água, só pelas forças naturais em ação.

A mão do homem veio ativar as causas desse declínio das águas da lagoa: alguns riachos foram represados e encanados para fornecer água à população da cidade e da Gávea.

Desde então principiaram a produzir-se com maior abundância que anteriormente algas ou fucus, cujo menor inconveniente foi estorvar a indústria da pesca, mas que também, quando flutuantes à tona d'água ou arremessados às margens, sofrem sob os ardores do sol decomposição pútrida a mais nauseabunda e perniciosa. (Ibidem, p. 4)

Para além do cenário das algas, o texto prossegue argumentando que, por um lado, em períodos de calor, a “vaporização” do espelho d'água era intensa, e que as chuvas, ainda que menos frequentes, eram suficientes para manter umidade nas margens e propiciar a formação de poças. Assim como outros documentos da época, nesse, a ideia de miasma é fundamental para o diagnóstico: “O ar é veículo do miasma desses pântanos, e a desagregação das matérias orgânicas, a sua origem” (p. 5).

Outra problemática identificada é a mistura de águas doces e salgadas. Segundo o texto, trata-se de dois regimes distintos, de temperaturas e condições bióticas diferentes; por isso, quando as águas do mar e as da lagoa se encontravam, ocorria morte em massa de peixes e outros seres, em geral os de água doce. Essa situação desencadeava, segundo a linha de raciocínio, processos pútridos que corrompiam a atmosfera. Como exemplo, é mencionada a situação de duas lagoas próximas a Montpellier – a Valduc, salgada, e de Engregier, doce. Em épocas de chuvas, “(...) , as águas das duas lagoas se misturam, se confundem, e disso resulta que uma infecção considerável espalha-se pelas circunvizinhanças” (Ibidem, Anexo I, p. 7).

Gonçalves Cruz, após descrever o cenário sanitário da região, rememora as ações do Ministério do Império, e faz alusão ao contrato com J. Bellissime. Para ele, o emprego de

máquinas a vapor pela empresa teve pouca utilidade na medida em que os trechos mais críticos das margens, sobretudo nas proximidades da Rua do Jardim Botânico e da Rua do Sapê, não haviam sido limpos. Também entendia como equivocada a construção da barragem de madeira: sua consequência teria sido a estagnação das águas e o impedimento da entrada da água do oceano, o que favorecia a proliferação de algas.

Com o intuito de desenvolver uma solução, o texto faz referência às ações de limpeza e conservação levadas a cabo pela Inspetoria-Geral de Higiene, e seu caráter paliativo. Para estratégias definitivas, rememora uma série de projetos anteriormente submetidos ao governo, inclusive o de Barão de Tefé, e destaca que todos propunham uma comunicação intermitente com o oceano atlântico. Contudo, são tecidas críticas em relação à exequibilidade do canal com o mar, destacando o alto valor e a falta de estudos fundamentados em dados empíricos aprofundados, bem como o alto custo de manutenção.

Diante disso, a proposta aventada pelo documento é “a supressão total da lagoa de Rodrigo de Freitas” (Ibidem, p. 8). Gonçalves Cruz, assim como Barão de Tefé, menciona o aterramento do Mar de Harlem²⁴, mas se posiciona de maneira diferente: enquanto Tefé se inspira na circulação forçada de água, Cruz atenta-se às possibilidades técnicas de drenagem em larga escala. Apesar de se tratar de um caso bem-sucedido, Cruz reflete que o seu custo de execução era demasiadamente alto, e que, de toda maneira, ao final haveria a criação de uma planície abaixo do nível médio do mar, a ser continuamente drenada com bombas.

Como alternativa, defende a colmatagem, “(...) que consiste em tornar solta, móvel, a terra marginal dos córregos ou lançá-la nas correntezas das águas” (Ibidem, p. 10). Trata-se, logo, de um processo que radicaliza o assoreamento natural como maneira de diminuir custos de uma operação de saneamento. Para tanto, foram previstas duas grandes etapas – uma de aterramento dos charcos marginais a partir da sua delimitação com ensacadeiras, e sua consolidação por meio de espécies vegetais adequadas; e outra de aterramento das partes mais profundas. Durante os anos de colmatagem, seria necessário manter provisoriamente uma equipe de limpeza para conservação do espelho d’água minguate, conectando-o eventualmente com o mar com o intuito de evitar, mediante a introdução de água salgada, o crescimento excessivo de algas.

²⁴ A proposta de aterrar o Mar de Harleem remonta ao século XVI, mas só foi efetivada após nomeação de Comissão em 1837, após fortes chuvas ocorridas no ano anterior; as obras de drenagem foram iniciadas em 1849 e finalizadas em 1852 (Jensen, 2024).

A proposta também se preocupa com as condições de gestão do empreendimento. De maneira preliminar, considerando que se trata de uma obra de anos, cogitava-se a possibilidade de concessão – parcial ou integralmente – a empresas particulares, por meio de benefícios relacionados à exploração dos terrenos conquistados. Não há, contudo, aprofundamento sobre as condições de ocupação dessas áreas.

4.1. Comentários *a posteriori*: recepção e desdobramentos

De acordo com o jornal *O Paiz*²⁵, o tema da Lagoa Rodrigo de Freitas protagonizou a sessão do Conselho Superior de Saúde em 30 de abril de 1886, quando o Barão de Ibituruna apresentou a proposta que vimos acima. Pela matéria, denota-se que, a princípio, havia dissidências em relação ao texto: o engenheiro Vieira Souto e Agostinho José de Sousa Lima, presidente da Academia de Medicina²⁶, se opuseram à estratégia apresentada ao Conselho. Vieira Souto concordava com a metodologia, afirmando que, extinguindo-se a Lagoa, desapareceriam também os problemas de insalubridade, contudo, entendeu ser a execução da proposta dispendiosa²⁷.

Outros conselheiros assinalaram a questão da urgência do saneamento, as facilitadas condições de exequibilidade por meio da colmatagem, e a eventual possibilidade de realizá-la através dos concessionários das linhas de bonde por meio de aditivo. Apesar das discordâncias, ainda de acordo com a matéria d'*O Paiz*, o mérito da proposta da Inspetoria-Geral foi aprovado por unanimidade; ao Governo Imperial, foi relegada a análise sob o ponto de vista econômico.

A proposta, no entanto, não foi levada adiante. Em sessão do Senado no dia 24 de agosto de 1886, na qual discutia-se o orçamento do ano seguinte, o senador Franco de Sá ironizou os altos custos previstos para despesas de saneamento, que incluía o problema da Lagoa. O Barão de Mamoré, Ministro do Império, ao qual estava subordinada a Inspetoria-Geral, fez o seguinte comentário:

Quer o nobre senador saber qual é a minha opinião a respeito deste parecer [da Inspetoria-Geral]? Como já declarei em aparte, não poderei adotá-lo porque entendo que não convirá aterrar-se aquela lagoa, gastando-se 25 mil contos para, contrariando-se a natureza, privar-nos de uma das belezas do Rio de Janeiro. O que penso é que se proceda ao saneamento da lagoa do Rodrigo de Freitas, fazendo-se ali

²⁵ *O Paiz*, a. 3, n. 119, 01/05/1886, p. 1.

²⁶ *Gazeta de Notícias*, a. 12, n. 79, 20/03/1886, p. 2.

²⁷ *A Evolução*, a. 2, n. 103, 06.05.1886, p. 1.

obras tais que transformem aquele, um foco de infecção, como é atualmente, em uma das muitas belezas que tem o Rio de Janeiro; o que conseguiremos adotando, com modificações, um dos planos já apresentados.²⁸

A posição contrária ao aterro total da Lagoa não parece ter sido unicamente do Ministro: em palestra proferida em 01 de dezembro de 1886, Antonio Paula de Freitas – engenheiro do Império que vimos anteriormente – afirmou que “o aterro completo da lagoa é, no meu entender, um verdadeiro sacrilégio, pois vai destruir uma das belezas naturais daquele bairro, e à custa de uma soma fabulosa, para a qual jamais se terá uma compensação razoável”²⁹.

Efetivamente, a proposta da Inspetoria-Geral foi pouco longeva. O próprio Bento Gonçalves Cruz, que a redigiu, comentou em 01 de abril de 1887, em documento para subsidiar a prestação de contas referente de 1886, sobre “o nobre sentimentalismo da alma do povo que antipatizou com a condenação daquele lago”, e que o entendimento da Inspetoria havia mudado:

A Inspetoria de Higiene propõe para o saneamento definitivo da Lagoa as seguintes medidas que julga radicais:

1. Comunicação com o oceano por meio de um canal permanente;
2. Aterro apenas das margens lodosas; isto é, as que correspondem à rua do Jardim Botânico, desde os fundos do prédio n.3 até as Três-Vendas e a rua do Sapê;
3. Construção de cais que sustente esses aterros;
4. Dragagem do fundo da Lagoa.³⁰

De fato, ainda em agosto de 1886, por determinação do Ministério do Império, foi organizada uma comissão de saneamento da capital, cuja liderança foi delegada ao engenheiro Jean Jules Revy (Mamoré, 1887, p. 102). Encarregada de estudar a origem e o saneamento de todos os terrenos pantanosos da cidade, no ano seguinte entregou dois projetos – um para o Canal do Mangue, e outro para a Lagoa, compatível com as novas diretrizes da Inspetoria-Geral de aterro parcial das margens e comunicação perene com o oceano (Companhia de Melhoramentos da Lagoa e Botafogo, 1891). Esse projeto foi licitado em

²⁸ **Jornal do Commercio**, a. 64, n. 248, 06/09/1886, p. 1. Podemos interpretar o tenso embate entre Franco de Sá e Barão de Mamoré pensando que Sá era Ministro do Império em 1884, e, portanto, indiretamente responsável pela então Junta Central de Higiene e pela contratação da firma J. Bellissime, cujo vínculo foi rescindido em 1886, na gestão de Mamoré.

²⁹ **Revista do Instituto Polytechnico**, a. 29, n. 21, 1891, p. 32.

³⁰ **Relatório da Inspetoria-Geral de Hygiene**, 1886, anexo 2, p. 19, custodiado pela Biblioteca Beatriz Nascimento, do Arquivo Nacional.

1890, já no governo republicano, sem que fosse concluído, até que a concessão foi encampada pela prefeitura do Distrito Federal em 1903³¹.

À medida em que o projeto da Comissão ganhou proeminência, a proposta de extinção da Lagoa Inspecção foi paulatinamente relegada a segundo plano, e eventualmente deixou de ser mencionada nos periódicos. Apesar de hoje mal ser estudada pela literatura, e ainda que suas proposições não tenham sido implementadas, ela reverberou de forma expressiva na época em que foi publicado. Foi decisiva para o Governo Imperial convocar uma comissão cujos estudos resultaram, a partir dos documentos investigados por esta pesquisa, na primeira obra efetivada pelo poder público, no século XIX, para a implementação de uma solução definitiva de saneamento da Lagoa Rodrigo de Freitas.

COMENTÁRIOS FINAIS

No presente artigo, a partir do texto elaborado por Gonçalves Cruz, armazenado no IHGB, apresentamos uma sequência de eventos e decisões que impulsionaram a proposta da Inspecção. Vimos que a ciência explicava de maneira incipiente a proliferação de doenças, o que tornava a sua prevenção difícil e incerta. À luz dos recorrentes surtos de febre amarela e do progressivo assoreamento, a Lagoa foi vista com crescente preocupação, e sobre o seu futuro e estratégias possíveis não havia consenso.

Na interpretação que propomos, o projeto da Inspecção-Geral de Higiene desempenha, em uma perspectiva mais ampla, o papel de contraponto a todos os métodos de saneamento aventados até então. Ao radicalizar a abordagem do grande problema de salubridade da Freguesia da Gávea, ele tensionou aspectos que, em outras propostas, tinham menor importância: foi necessário colocar a Lagoa em perigo para que a sua relevância paisagística fosse seriamente considerada como uma condicionante, como vimos no discurso do Barão de Mamoré. Só então a implementação de um canal permanente com o mar foi adotada, de maneira definitiva, pelo discurso oficial como o modo mais eficaz de sanear a Lagoa.

Soluções para problemas urbanos geralmente são construídas de maneira demorada, e frequentemente a estratégia que prevalece é precedida de uma série de outras propostas descartadas que, mesmo não executadas, fazem parte da construção e amadurecimento de um conjunto de ideias e abordagens. Se em 1922 foi finalmente construído um canal permanente

³¹ O Paiz, a. 19, n. 6814, 05/06/1903, p. 1.

a partir do projeto de Saturnino de Brito, isso só pôde acontecer porque, durante o século XIX, várias ideias foram experimentadas, como a que vimos aqui.

Referências bibliográficas

ALVES, Claudia Beatriz Victorino Borges. **Evolução paleoambiental da Lagoa Rodrigo de Freitas: do holoceno ao antropoceno**. 2019. 117 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense (Departamento de Geociências), Niterói, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/9547>. Acesso em: 21 jan. 2024.

ANDREATTA, Verena. **Cidades quadradas, paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

AZEVEDO, Nara. Oswaldo Cruz. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República: 1889-1930**. Rio de Janeiro: FGV/Editora CPDOC, 2015. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CRUZ,%20Oswaldo.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2025.

BARATA, Carlos Eduardo; GASPAR, Claudia Braga. **A Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas na formação de Jardim Botânico, Horto, Gávea, Leblon, Ipanema, Lagoa e Fonte da Saudade**. Rio de Janeiro: Cassará Editora, 2015. 280 p.

BARBOSA, Plácido; REZENDE, Cassio Barbosa. **Os Serviços de Saúde Pública no Brasil, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, de 1808 a 1907 (esboço histórico e legislação)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. Disponível em: <https://dn721902.ca.archive.org/0/items/b32170440/b32170440.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2025.

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. **Projetos e Relatórios: saneamento da Lagoa Rodrigo de Freitas e da Baía**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. (Obras completas de Saturnino de Brito, vol. XV).

CABRAL, Dilma. **Inspetoria-Geral de Higiene (1886-1892). Dicionário da Administração Pública do Período Imperial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, jan. 2018. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/535-inspetoria-geral-de-higiene-1886-1892>. Acesso em: 4 ago. 2025.

CABRAL, Dilma. **Instituto Vacínico do Império. Dicionário da Administração Pública do Período Imperial.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 13 out. 2014a. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/65-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-imperial/366-instituto-vacinico-do-imperio>. Acesso em: 9 mar. 2026.

CABRAL, Dilma. **Junta de Higiene Pública. Dicionário da Administração Pública do Período Imperial.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 17 nov. 2014b. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/65-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-imperial/357-junta-de-higiene-publica>. Acesso em: 4 ago. 2025.

CAETANO, Rui Cesar de Andrade. **Os Positivistas Politécnicos e a (des)Construção da Maravilhosa Cidade: Rio de Janeiro, 1850-1906.** 2008. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Econômica, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-27112009-110409/publico/RUICESARCAETANOANDA.DRE.pdf>.

CAMARA MUNICIPAL. **Código de Posturas da Illustrissima Camara Municipal.** Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dous de Dezembro de P. Brito, Impressor da Casa Imperial, 1854. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3880>.

CARDOZO, Saturnino Nicolao. **Saneamento da cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1905 [acervo Biblioteca de Obras Raras do Centro de Tecnologia da UFRJ].

COELHO, Victor. **Lagoa Rodrigo de Freitas: uma discussão centenária.** Rio de Janeiro: Editora Cidade Viva, 2016.

COMPANHIA DE MELHORAMENTOS DA LAGOA E BOTAFOGO (org.). **Contracto celebrado pelo Governo por Decreto nº 1079 de 28 de Novembro de 1890, de conformidade com a Lei nº 3396 de 24 de Novembro de 1888, e Instruções para a execução do projecto organizado pela Comissão e Saneamento da Cidade do Rio de Janeiro sob a direção do Engenheiro J. J. Revy.** Rio de Janeiro: Typographia de Antonio Winter, 1891 [Acervo Biblioteca Professor Oswaldo Porto Rocha].

COSTA, Sonia Schlegel. **Saneamento e Melhoramento da Lagoa Rodrigo de Freitas: a preparação de um espaço urbano para as elites.** 2009. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Niterói, 2009.

CZERESNIA, Dina. Do contágio à transmissão: uma mudança na estrutura perceptiva de apreensão da epidemia. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 4, n. 1, p. 75–94, jun. 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59701997000100005>. Acesso em: 3 ago. 2025.

FONSECA, Maria Rachel Fróes da. A saúde pública no Rio de Janeiro imperial. **História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958).** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p. 31–57. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/7f83x/pdf/porto-9788575415993-04.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2025.

FRANCO, Odair. **História da Febre Amarela no Brasil.** Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Endemias Rurais, 1969. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0110historia_febre.pdf. Acesso em: 12 dez. 2025.

FREITAS, Antônio de Paula. **O Saneamento da Cidade do Rio de Janeiro: memória apresentada a S. Ex. oSr. Conselheiro Francisco Antunes Maciel, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884 [acervo FBN].

FREITAS, Antônio de Paula. Saneamento da cidade do Rio de Janeiro: Conferências pelo Dr. A. de Paula Freitas. **Revista do Instituto Polytechnico**, v. 37, n. 27, p. 44–50, 1900.



GAMA-ROZA. **Algumas idéas sobre o saneamento do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Cons. de J. de Villeneuve & Cia., 1879 [acervo FBN].

INSPECTORIA GERAL DE HYGIENE. **Projecto de alguns melhoramentos para o Saneamento da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. a vapor de Pereira Braga & C., 1886 [acervo IHGB].

JENSEN, Lotte. **Water. A Dutch Cultural History**. Nijmegen: Radboud University Press, 2024. DOI: <https://doi.org/10.54195/ASQH4249>. Acesso em: 16 dez. 2025.

JUNTA CENTRAL DE HYGIENE. **Sem título [Plano de saneamento]**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878 [acervo FBN].

LAVOR, João Conrado Niemeyer. **Historiografia do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Rodriguésia - Revista do Jardim Botânico do Rio de Janeiro**, v. 35, n. 57, p. 51–99, dez. 1983. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-78601983355707>. Acesso em: 26 jun. 2025.

LEONARDOS, Othon Henry. A problemática da Lagoa Rodrigo de Freitas. In: Conferência realizada no Clube de Engenharia em 16 de setembro de 1974 (SEPARATA). 1974. Rio de Janeiro: [S.n.], 1974 [acervo FBN].

MACIEL, Francisco Antunes (org.). **Relatorio apresentado à Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da decima oitava legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Francisco Antunes Maciel**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884 [Hemeroteca Digital].

MAMORÉ, Barão de. **Relatorio apresentado à Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Barão de Mamoré**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887 [Hemeroteca Digital].

PEREZ, Eliane. **Guia de coleções da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: FBN, 2018. 677 p. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/producao/publicacoes/guia-colecoes-divisao-manuscritos-fbn/guia-colecao-divisao-manuscrito-fbn.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2025.

PINHEIRO, Eliane Canedo de Freitas; PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. **Lagoa Rodrigo de Freitas: evolução urbana e paisagem**. Rio de Janeiro: Andrea Jackobsson Estúdio, 2009. 183 p.

RABHA, Nina Maria de Carvalho Elias (org.). **Planos Urbanos. Rio de Janeiro. Século XIX**. Rio de Janeiro: IPP, 2008. 188 p.

REGO, José Pereira. **Esboço histórico das epidemias que têm grassado na cidade do Rio de Janeiro desde 1830 a 1870**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872. 216 p. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/2765>. Acesso em: 29 maio 2025.

SANTOS, Noronha. **As Freguesias do Rio Antigo**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

SIGAUD, José Francisco Xavier. **Do clima e das doenças do Brasil ou estatística médica deste império**. Rio de Janeiro: Fiocruz, [1844] 2009. 424 p.

SILVA, Lúcia. **Memórias do urbanismo na cidade do Rio de Janeiro, 1778-1878: estado, administração e práticas de poder**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012. 166 p.

TEFFÉ, Barão de. **Saneamento da Lagoa Rodrigo de Freitas: relatório do Capitão de Mar e Guerra Barão de Teffé**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880 [acervo FBN].

TORRES, José Moreira. Lagoa Rodrigo de Freitas. **Revista Municipal de Engenharia**, v. 41, n. 1–4, p. 30–53, dez. 1990.

TRIPLET, Patrick. **Dictionnaire encyclopédique de la diversité biologique et de la conservation de la nature**. 5. ed. [S. l.]: [S.n.], 2019. Disponível em:



<https://medwet.org/wp-content/uploads/2019/02/dictionnaire-conservation-2019-p.-triplet.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2025.

VASCONCELLOS, João Florentino Meira de (org.). **Relatorio apresentado à Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima nona legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio João Florentino Meira de Vasconcellos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885 [Hemeroteca Digital].